



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 4680/**MAP** – 30 Junho 09

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
		4410	30-06-2009

**ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO Nº. 138/X/4ª**

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º. 3747 de 29 do corrente, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*Gabinete do Ministro*

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro  
dos Assuntos Parlamentares

c/c – Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Secretária  
de Estado dos Transportes

N/Ref<sup>ª</sup> 3747/2009

Lisboa, 29 de Junho de 2009

Assunto: **Requerimento nº 138/X/4<sup>a</sup> – AC do Senhor Deputado Luís Carloto Marques (PSD) - As Taxas Marítimas ou Portuárias e as Colectividades**

Exma. Senhora,

Com referência ao assunto em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na sequência de informação prestada pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes, de dar nota do seguinte:

As Administrações Portuárias, no seguimento da longa tradição marítima Portuguesa, de forma a, promoverem a ligação das populações com o Mar, têm prosseguido uma política activa de apoio às colectividades, nomeadamente através da aplicação de descontos muito significativos sobre as taxas Marítimas ou Portuárias públicas aplicáveis, tal como a APSS tem feito no caso do Clube Naval Setubalense (CNS).

Concretamente estes descontos rodam em média os 70%, – no caso do CNS as taxas de ocupação dominial beneficiam de 70% de desconto para a área coberta e área molhada e de 85% de desconto para a área descoberta seca.

É também prática normal que, nos casos em que as colectividades prossigam actividades de cariz comercial, os descontos sejam menores – destaque-se o caso da Marina da APDL, cuja gestão se encontra concessionada a uma associação de 3 colectividades, tendo-lhe sido cobrada uma renda durante 2008 de 24.982,66€, que esta entidade recupera através da cobrança aos seus associados de taxas pelo estacionamento de embarcações.

Quanto à lista exaustiva das taxas aplicadas aos CNS cumpre informar:

- Hiate de Setúbal (inclui fornecimento de água e energia eléctrica)
  - Estacionamento 213,63€/mês (+ IVA) (desconto de 45%);



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*Gabinete do Ministro*

- Actividade 21,36€mês (+ IVA).

A APSS sugeriu ao CNS o estacionamento gratuito do Hiate de Setúbal junto ao Trem Naval, tendo o CNS optado por procurar um mecenas que lhe permita manter a localização na Doca das Fontainhas.

- Electricidade
  - Taxa de potência – 63,89€mês (valor equivalente ao cobrado pela EDP à APSS);
  - Energia – 0,1183 KWh (valor equivalente ao cobrado pela EDP à APSS);

Por sugestão da APSS o CNS pediu à EDP ligação directa, pelo que passará, em breve, a ser cliente directo desta.

- Taxas de ocupação privativa
  - Área coberta 4.005 m<sup>2</sup> – 1,70€m<sup>2</sup>/ano (desconto de 70%);
  - Área descoberta seca 9.520 m<sup>2</sup> – 0,85€m<sup>2</sup>/ano (desconto de 85%);
  - Área descoberta molhada 4.826 m<sup>2</sup> – 0,9055€m<sup>2</sup>/ano (desconto de 70%).

As taxas devidas pelos utentes dos ancoradouros são pagas directamente por estes à APSS, pagando esta à CNS pelo serviço de gestão dos ancoradouros. Os montantes recebidos são, em parte, utilizados para saldar a dívida existente para com a APSS.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Guilherme Dray